

Centro Universitário de Belo Horizonte – UNI-BH
Centro de Pós-Graduação do UNI-BH
Departamento de Ciências Humanas Letras e Artes
Curso de Especialização em História Regional: Sociedade, Cultura e Memória

PODER E CORONELISMO NO OESTE DE MINAS GERAIS:

A RELAÇÃO ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA NA OBRA DE MÁRIO PALMÉRIO

Lélia Maria Silva de Assis

Belo Horizonte

2007

Centro Universitário de Belo Horizonte – UNI-BH
Centro de Pós-Graduação do UNI-BH
Departamento de Ciências Humanas Letras e Artes
Curso de Especialização em História Regional: Sociedade, Cultura e Memória

Lélia Maria Silva de Assis

**PODER E CORONELISMO NO OESTE DE MINAS GERAIS:
A RELAÇÃO ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA NA OBRA DE MÁRIO PALMÉRIO**

Monografia do Curso de Especialização *lato sensu* em História Regional: Sociedade, Cultura e Memória do Curso de História do Centro Universitário de Belo Horizonte – UNI-BH, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Ferreira de Andrade

Belo Horizonte

2007

Agradeço a todos que me apoiaram e me ajudaram especialmente meu marido e meus filhos, para a realização deste trabalho.

SUMÁRIO

1	Apresentação.....	5
2	Capítulo I	
	Interfaces entre História e Literatura	6
3	Capítulo II	
	Aspectos biográficos, repercussão e importância da obra de Mário Palmério na literatura brasileira.....	15
4	Capítulo III	
	Contexto histórico e narrativa literária ficcional: poder e coronelismo no Oeste de Minas de Gerais e a obra de Mário Palmério.....	23
4.1	República Velha.....	23
4.2	“Chapadão do Bugre”.....	32
4.2	Matança no Fórum de Passos.....	36
4.3	Massacre em Chapadão do Bugre.....	39
4.4	Conexões entre a História e Literatura	39
5	Conclusão.....	41
	Fontes	43
	Referências	44

Apresentação

Como a literatura não poderia estar fora da minha proposta de pesquisa, pois minha formação foi em Letras, língua e literatura portuguesa, escolhi como base deste trabalho a obra literária *Chapadão do Bugre*, de Mário Palmério. Essa produção literária é datada de 1964 e foi escrita durante um período de reclusão, em sua fazenda no interior de Goiás, após ter ocupado o cargo de embaixador do Brasil no Paraguai.

Acreditando que a literatura pode e dever ser utilizada como recurso para a pesquisa histórica, tentei com este trabalho demonstrar algumas interfaces entre a história e a literatura e quão poderão juntas amparar os trabalhos dos pesquisadores tanto de uma área como de outra.

Como nos diz Le Goff e Nora, “a história é filha de seu tempo”. Toda a produção humana, incluindo a literatura, não foge a essa regra, pois não se tem como conceber uma obra literária sem que o cotidiano e as experiências do autor estejam presentes. Diante dessa perspectiva, procurei esquadrihar dentro desta obra ficcional elementos que permitiu fazer uma relação com acontecimentos históricos. Tentei decifrar os vestígios deixados na sua obra sobre o coronelismo e confrontá-los com fatos históricos expostos pela historiografia atual. Também ponderei a linha temporal do que ocorre a narrativa e a que o autor está inserido. Ou seja, o tempo da ocupação do “sertão mineiro” relatado no romance, o tempo vivido pelo autor – o presente. O que acontecia no seu cotidiano no momento da concepção dessa obra. Não podia passar despercebido o momento que se iniciou a ditadura militar no país, o ano de 1964, foi o mesmo da concepção do *Chapadão do Bugre*.

Além disso, encerro nessa jornada o meu interesse pessoal e emocional. *Chapadão do Bugre* tem seu enredo “encenado” na região do Triângulo Mineiro, onde eu nasci. E Mário Palmério fez questão em escrever essa obra utilizando a linguagem regional, da qual mantenho resquícios até hoje. Sua leitura, ou melhor sua releitura, numa fase de vida mais madura foi intensamente prazerosa e porque não, saborosa. Ler a obra de Mário Palmério, faz-me reviver um tempo passado – a minha história.

Capítulo I

Interfaces entre a História e Literatura

“Entre as artes, a literatura ocupa um lugar de destaque, por ser aquela que engendra no discurso as imagens vivas da experiência humana do cotidiano [...]”¹

Para pensarmos as relações entre história e literatura, parto do surgimento da figura de quem escreve e de alguns fatos relevantes para serem lembrados quanto à história e à literatura. O termo “literatura” sofreu uma redefinição de fronteiras a partir de 1848², quando eclodiu uma série de revoluções na Europa central e ocidental. Esses movimentos revolucionários contribuíram para o surgimento do escritor, profissional que apresentava experiência com a linguagem, capaz de perpetrar as relações entre a literatura, a política e a história. Como também, contribuíram para o crescimento da imprensa jornalística e da publicação de livros ocorrido na Europa durante o século XIX. Esses acontecimentos induziram o escritor se profissionalizar, ou seja, viver do trabalho de escrever visando o emergente negócio literário.

As obras produzidas por esse novo profissional que surgia, geralmente, eram publicadas na forma de folhetins em jornais diários. Esses folhetins eram acompanhados,

¹ FREITAS, Marcos Vinícius de. A literatura e os ofícios. In: *Seminário de Ação educativa. Cultura e Educação : parceria que faz história*. Coordenação geral: Ângela Gutierrez. Belo Horizonte: Mazza Edições; Instituto Cultural Flávio Gutierrez/MAO, 2007. p.15 .

² HOBBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p.321-323. O referido autor denomina esse período da história de “dupla revolução” por se tratar da Revolução Francesa e a Revolução Industrial, na Inglaterra. Para ele, as transformações ocorridas neste meio século foram tão profundas e difundidas, que podem ser sentidas até hoje. As estruturas políticas e sociais sofreram mudanças profundas. O conhecimento é difundido amplamente, a publicação de livros e jornais alcança a casa dos milhares. A inventividade do homem prolifera, alcançando novas conquistas, diminuindo as distâncias entre os povos. A vida humana vislumbra a possibilidade de melhoria material que traria o controle do homem sobre as forças da natureza.

diariamente, por leitores ávidos e ansiosos por mais um capítulo da obra, semelhantes aos espectadores das novelas televisivas atuais.

Segundo Robert Darnton³, antes do século XIX, os livros tiveram mais ouvintes que leitores, pois a leitura era apenas para quem podia comprar livros. Esses em sua maioria escritos em latim eram valorizados mais pelas suas qualidades físicas, ou seja, tipo de papel e encadernação, do que pela temática. Os livros precisavam de um parecer emitido pelos chamados “sensores”, para serem impressos e geralmente tratavam de temas litúrgicos. Nesse tempo, a leitura, utilizada mais para o reconhecimento de algo, era feita por uma pessoa que sabia ler para outras que ouviam. Sendo que no final do século XVIII, com o surgimento dos clubes de leitura na França e na Alemanha os leitores começam a utilizar a leitura para adquirir conhecimento, pois nesses locais eram lhes permitido ler quase tudo que queriam.

A partir do Século XIX, o significado do livro extrapola suas páginas e passa a ser construído por seus leitores. Portanto, o sucesso do escritor passa a ser medido pela capacidade de agradar o leitor e de o manter cativo à leitura de seus escritos. O esforço feito pelo escritor em tentar manter o leitor “prisioneiro” de sua obra, o faz atingir certa autonomia. Essa “autonomia conquistada” abre ao escritor dois caminhos: um de se transformar em defensor da “arte pela arte”, preocupado com a experimentação formal, outro, preocupado com a transformação da sociedade, de tornar sua obra um instrumento para mudar o mundo. Ambos os caminhos veiculam idéias, valores e opiniões por meio de um tipo de escrita em que forma e conteúdos são indissociáveis.⁴ Ou seja, mesmo que o escritor assuma sua preocupação “somente” com a arte, ele não conseguirá a neutralidade perante aos aspectos de sua vida, de seu mundo e seu cotidiano, porque tanto o indivíduo quanto os grupos dão sentido ao mundo em que vivem, através da experiência que é gerada a partir dos conteúdos apreendidos pelos sentidos, pela imaginação, pela memória ou pelo pensamento, contraditórios e, às vezes, em confronto.⁵

³ DARNTON, Robert. História da leitura. In: *A escrita da história: novas perspectivas*. Peter Burke (org.) tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.p.200-236.

⁴ FACINA, Adriana. *Literatura & Sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. p.9.

⁵ CHARTIER, Roger. *O mundo como representação* [1989], Estudos Avançados, 11(5), 1991. p.177

“Fora da relação com o conteúdo, ou seja, com o mundo e os seus momentos, mundo como objeto do conhecimento e do ato ético, a forma não pode ser esteticamente significativa, não pode realizar suas funções fundamentais”.⁶

A literatura ao ser concebida carrega a história do homem, no plano de suas relações sociais, retrata as suas conquistas, doenças, fraquezas, sublimidades, derrotas, no plano das relações interiores, descreve as angústias da sua condição de ser solitário. Com certa legitimidade pode-se expor que a literatura “cheira” e, ou mais ainda, transpira a história vivida pelo autor. Como nos fala Peter Burke: “*Qualquer artefato feito por uma geração cheira a mentalidade da geração.*”.

Diante dessa afirmação de Peter Burke, historicizar o objeto de pesquisa se torna imprescindível para aqueles que pesquisam literatura e seus autores, em razão de que toda obra literária como produto de uma época, é historicamente situada, mesmo que seja autônoma e independente da realidade de onde proveio.⁷ É necessário também advertir para o lado humano do autor, pois esse está sujeito “aos condicionamentos que seu pertencimento de classe, sua origem étnica, seu gênero e o processo histórico do qual é parte lhe impõem”.⁸

Seligmann-Silva, em seus estudos, tenta corroborar com essa idéia quando nos apresenta uma nova abordagem da produção literária – a literatura testemunho. Para o autor, existem muitas obras literárias que brotam da necessidade de narrar a experiência vivida, sua própria história de vida, mas apresenta uma ressalva, “não só aquele que viveu um martírio” pode testemunhar, a literatura sempre tem um teor testemunhal.”⁹ Pois, está atrelada à uma história que está acontecendo, e que no futuro inserida no presente de algum pesquisador poderá agenciar conexões com alguns fatos, preenchendo certas lacunas, que o acervo documental deixou “em aberto” .

⁶ BAKHTIN, Mikhail. *Questões de Literatura e de Estética*. A teoria do romance. São Paulo, SP: ANNABLUME, 2002.

⁷ COUTINHO, Afrânio. *Notas da Teoria Literária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.p.9-10.

⁸ FACINA, Adriana. *Literatura & Sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.p.9 -10.

⁹ SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, Memória, Literatura*. O testemunho na Era das Catástrofes. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.p.48.

Appelfel, escritor israelense, nos fala da força da escrita de um sobrevivente a característica principal da literatura de testemunho é que o sobrevivente¹⁰,

“ao contar e revelar, está, ao mesmo tempo, escondendo, [...]. Essa escrita deve ser lida com precaução, de modo que se vela não apenas o que aí se encontra, mas também, e essencialmente, o que está faltando. O testemunho do sobrevivente é, antes de mais nada, a busca de um alívio; e como ocorre com qualquer carga, aquele que a porta quer se livrar dela o quanto antes”.¹¹

A literatura de testemunho tem como objetivo perdurar no tempo e no espaço um acontecimento, manter a história latente, principalmente de caráter trágico, chamado pelo Seligmann de “situações-limite”, onde a realidade é tão forte que transforma o objeto lingüístico, a palavra, em uma “escritura do corpo e da memória”, indissociável da história.

“A leitura estética do passado é necessária, pois opõe-se à “musealização” do ocorrido: ela está vinculada a uma modalidade da memória que quer manter o passado vivo no presente. Ao invés da tradicional representação, o seu registro é do índice: ela quer apresentar, expor o passado, seus fragmentos, ruínas e cicatrizes.”¹²

Escrever para esquecer, mas também para ser lembrado. Lembrar de esquecer ou não esquecer de lembrar nos faz pensar que podemos controlar a memória. Para não repetir a falha do historicismo, que acreditou na possibilidade de se conhecer o passado “tal como ele de fato ocorreu” é bom lembrar das palavras de Nietzsche: “é totalmente impossível de se viver sem o esquecimento”.¹³ Como também, pode-se pensar no reverso, que a literatura sempre está inserida em algum momento histórico. Não devendo ser considerada fora do contexto em que foi gerada.

Bakhtin faz ponderações semelhantes quando afirma que a lingüística desconsidera o contexto cultural e histórico do enunciado. Para ele, a forma sem o conteúdo, suas relações

¹⁰ Aquele que sofreu um “martírio”, termo que vem do grego e significa sobrevivente ou testemunha.

¹¹ SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, Memória, Literatura*. O testemunho na Era das Catástrofes. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003. 20.

¹² Ibidem, p.57

¹³ NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. p. 10

com o mundo, não pode ser esteticamente significante. Pois, “a forma esteticamente significante, não engloba o vazio, mas a tendência semântica, autônoma e perseverante da vida”.¹⁴

Ronaldo Vainfas parece concordar com essa idéia ao expor, em seu texto,¹⁵ que Chartier não concorda que as classes sociais sejam delimitadas “em qualquer âmbito externo ao da produção e consumo culturais” e critica a dicotomia do erudito /popular realizada pelas análises de : Bakhtin que vislumbrou a cultura das classes populares na França na obra de um erudito (Rabelais); e Ginzburg, fez o contrário, que procurou evidenciar indícios da cultura das elites em Menocchio, um moleiro que sabia ler.

Diante do exposto vimos que a história está presente nos textos literários, mesmo naqueles que possuem traços distintos, não sendo possível separar a “unidade da língua” do contexto, que encerra interpretações sociais, institucionais e culturais. Portanto, Compagnon sugere que se deve tratá-los “como documentos históricos, procurando neles suas causas factuais: vida do autor, quadro social e cultural, intenções atestadas, fontes.”¹⁶

Na tentativa de ilustrar essas palavras, faço referência a alguns recém - lançamentos da literatura, que trazem o tema Segunda Grande Guerra e fazem sucesso, principalmente entre o público leigo, mesmo após tantos anos passados do acontecimento histórico: os *best-sellers* : *Descascando a Cebola*, de Günter Grass; *O Castelo na Floresta*, de Norman Mailer; *As benevolentes*, de Jonathan Littell. Todas são obras ficcionais que versam sobre a temática que envolve a Segunda Grande Guerra. É bom lembrar que para escrever o autor busca realizar pesquisas sobre o assunto que deseja centrar sua trama. Littell, o autor de *As benevolentes*, pesquisou fatos históricos relacionados com a Segunda Grande Guerra, levantou nomes de personagens importantes, que se destacaram e locais e acontecimentos, através de depoimentos e documentos. E depois, incorporou toda essa pesquisa ao material ficcional de

¹⁴ BAKHTIN, Mikhail. *Questões de Literatura e de Estética*. A teoria do romance. São Paulo, ANNABLUME, 2002. p. 38

¹⁵ VAINFAS, Ronaldo *Os protagonistas anônimos da história: micro-história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002. p. 62-64.

¹⁶ COMPAGNON, Antoine. *O demônio da Teoria*. Literatura e Senso Comum. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006. p. 22

sua obra. Portanto, sua obra literária apresenta uma interface com a história. Muitos dos leitores ao lê-la poderão reconhecer certos personagens e lugares descritos pelo autor identificando com os da narração historiográfica.

Em uma reportagem à revista *Entre Livros*¹⁷ a professora Valeria de Marco, esclarece que a literatura de testemunho desperta interesse no leitor leigo, por ser ela o primeiro acesso desse público não especializado aos acontecimentos catastróficos do século XX, a sua história, contribuindo para o conhecimento da época em que vivemos.

A literatura sendo o “primeiro contato” com o conhecimento de fatos historicamente relevantes à sociedade despertará interesse no leitor de aprofundar essas informações e até mesmo checar os fatos relatados na obra literária. Com isso poderá a vir buscar na historiografia, que relata os fatos mais academicamente, a confirmação dos fatos ali descritos de uma maneira envolvente e artística. O mesmo acontecerá com o historiador dos tempos atuais, ele pode conseguir dados para seu trabalho de pesquisa sobre um determinado fato histórico, por meio da leitura de uma obra literária que versa sobre o mesmo tema.

Na história, o historiador antes de narrar “os fatos” é um “decifrador” de vestígios . Na literatura, o escritor ao buscar contar a “realidade” ou mesmo omiti-la, utiliza recursos estilísticos, mas deixa vestígios, por toda sua obra, de seu cotidiano vivenciado e experimentado. Através da leitura do texto ficcional, independente do estilo, ou seja, poesia, crônica ou romance, o historiador, um especialista do assunto, percebe e decifra os vestígios deixados pelo escritor conseguindo elementos, não elucidados pelos documentos pesquisados, preenchendo os vazios deixados pela falta da documentação e que o levam a elucidar as questões de investigação que foram propostas. E assim, consegue contextualizar historicamente o seu objeto de pesquisa. Ou pode acontecer o reverso, o especialista em literatura, através da leitura do texto ficcional consegue fazer um esboço do momento histórico em que foi concebida e do seu autor, descobertas relevantes para qualquer pesquisador .

¹⁷ ARAÚJO, Luciana. Porque o leitor se comove. In: *A marca da Maldade*. Revista Entre Livros, Ano3, n.28. São Paulo: Duetto Editorial, 2007.p.26.

Esse movimento do historiador ler uma obra ficcional como quem vasculha um documento histórico, com um olhar mais aguçado que outro leitor sem especialidade, consiste em uma interface que existe entre uma e outra – entre história e literatura. Ambas produzidas pelo homem, inserido no seu cotidiano. Para a história, o “fato” que parece tudo não é nada se falta ao historiador o poder de vivificá-lo, e situá-lo como razão de ser na história.¹⁸ O mesmo pode-se dizer da literatura, o pesquisador precisa situá-la no momento histórico de sua criação, para que seja “reanimada” e vivificada. Le Goff, já dizia que “o documento não é inócuo. [...] o que ele traz deve ser em primeiro lugar analisado, desmistificando-lhe o seu significado aparente”.¹⁹

As transformações pelas quais passaram as sociedades humanas são a essência da história, e as sociedades humanas a essência da literatura. “Não se trata mais de ver na literatura um reflexo do real, mas de aprender a ler nela um real pensado como algo que desafia a representação”.²⁰

Momentos históricos diferentes correspondem a literaturas díspares, pois é a história que designa, ao mesmo tempo, a dinâmica e o contexto da literatura. O estudo sobre o movimento literário aborda as relações dos textos entre si no tempo – como eles mudam, como se movem, porque não é sempre a mesma coisa. A literatura muda porque a história muda em torno dela.²¹

Essa abordagem nos evoca aos textos de Peter Burke que ao analisar a narrativa histórica expõe o relacionamento entre a narrativa histórica e a narrativa literária. Cita alguns autores que declararam “usar a textura e os expedientes de um romance para contar uma história verdadeira”, mas confessa que “os historiadores teriam que desenvolver suas próprias “técnicas ficcionais” “para suas obras factuais”. Burke destaca alguns modelos que são os mais adotados pelos historiadores nos tempos atuais: escrever a história através da micronarrativa, narração de uma história sobre as pessoas comuns no local em que estão instaladas; escrever história pela visão de cima; escrever a história de frente pra trás; e também

¹⁸ VERÍSSIMO, José. Crítica. *Nossos Clássicos*. V.21. Belo Horizonte: Editora Agir, 1958.p.10.

¹⁹ LE GOFF, J. Documento monumento. In: *História e Memória*. Campinas: Unicamp. 1990. p. 548

²⁰ SELIGMANN-SILVA, Márcio. Testemunhos da Barbárie. In: *Revista Entre Livros*, Ano3, n.28. São Paulo: Duetto Editorial, 2007.p.34.

²¹ COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.p.196-197.

escrever história encorajados a examinar a relação entre os acontecimentos e a cultura em que eles ocorrem – relação da narrativa histórica com a história social.²²

Aspectos que confirmam essa interconexão da história e literatura. Ambas são escritas e narradas pelo homem. E esse homem é um ser social inserido em um contexto e repleto de emoções, “[...] a produção da intriga, ficcional ou histórica, é a própria forma do conhecimento humano distinto do conhecimento lógico-matemático, mais intuitivo, mais presunçoso, mais conjectural.”²³ História e literatura estão de mãos dadas oportunizadas pelo seu criador – o homem social.

Compagnon acha que ao desenvolver estudos literários pode enveredar-se por diferentes caminhos, mas o que não se pode ignorar quando se trabalha com a literatura é que “a literatura tem, fatalmente, uma dimensão histórica”.²⁴ E, que a epistemologia da história apresenta-se sensível aos progressos da hermenêutica da suspeita transformando-se, e suas conseqüências sentidas na leitura de todos os textos, inclusive os literários.

“Contrariamente ao velho sonho positivista, o passado, como repetiu à saciedade toda uma série de teóricos da história, não nos é acessível senão em forma de textos – não fatos, mas sempre arquivos, documentos, discursos, escrituras – eles próprios inseparáveis, acrescentam esses teóricos, dos textos que constituem nosso presente. [...] Ora, hoje em dia, a própria história é lida cada vez com mais freqüência como se fosse literatura, como se o contexto fosse necessariamente texto. [...] A história é uma construção, um relato que, como tal, põe em cena tanto o presente como o passado; seu texto faz parte da literatura. A objetividade ou a transcendência da história é uma miragem, pois o historiador está engajado nos discursos através dos quais constrói o objeto histórico. Sem consciência desse engajamento, a história é somente uma projeção ideológica; esta é a lição de Foucault, mas também de Hayden White, a de Paul Veyne, a de Jacques Rancière e a de tantos outros”.²⁵

²² BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa In: *A escrita da história: novas perspectivas*. Peter Burke (org.) tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.p.341-345.

²³ RICOUER. Temps et récit. p.85 apud COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.p.131.

²⁴ COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.p.198.

²⁵ Ibidem, p.222 - 223.

Sidney Chalhoub, ao analisar as obras de Machado de Assis, procurou captar nos seus escritos ficcionais a dimensão histórica, conseguindo fazer um esboço do novo modelo de sociedade que emergia a partir da escravidão decadente em que o Brasil se encontrava imerso naquela época. E isso foi possível, porque Machado era “fruto” do cotidiano de seu tempo, o que “acontecia” se encontrava refletido, de algum modo, em seus escritos. Mesmo que o principal objetivo do autor, ao escrever seus romances, não fosse contar a história política e social do Brasil.

A título de conclusão deste capítulo, menciono parte da entrevista de Maria Lúcia Garcia Palhares-Burke realizada com Peter-Burke, pois considero que resume bem a inter-relação que existe entre história e literatura e sua relevância para os estudos de ambas.

Maria Lúcia indaga a opinião de Peter Burke com relação a alguns dos conselhos dados pelos seus entrevistados aos jovens historiadores: *Carlo Ginzburg* crê que a leitura ficcional estimula a “imaginação moral”; *Robert Darnton* estimula a leitura jornalística como uma forma de invalidar o paradigma de que “tudo é discurso”; *Quentin Skinner* recomenda a leitura de “bons filósofos” como Geertz e Foucault; *Keith Thomas* indica a leitura diversificada de temas. Peter Burke responde que concorda com os quatro conselhos comentando que faz um esforço para segui-los, e que o “estudo do passado é inseparável da sua cultura material” e quando lê um romance sempre faz “referências à arte da narrativa e à cultura do período em que o romance foi escrito”.²⁶

²⁶ BURKE-PALLARES, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da história*. Nove entrevistas. São Paulo: Editora UNESP, 2000. P.215-216.

Capítulo II

Aspectos biográficos, repercussão e importância de sua obra na literatura brasileira

Mário de Ascensão Palmério nasceu em Monte Carmelo, Minas Gerais, pequeno município a 142 Km de Uberaba, no dia 1º de março de 1916 e faleceu em Uberaba no dia 24 de setembro de 1996. Filho do italiano Francisco Palmério e Maria da Glória Palmério. Seu pai era engenheiro civil e advogado, homem de largo prestígio na região do triângulo mineiro, exercendo, nos últimos anos de sua vida, o cargo de juiz de direito em diferentes comarcas do estado. Faleceu em Uberaba aos oitenta anos.²⁷

Mário Palmério fez seus estudos secundários no Colégio Diocesano, em Uberaba, e no Colégio Regina Pacis, em Araguari, licenciando-se em 1933. Em 1935, com 19 anos, matriculou-se na Escola Militar de Realengo, no Rio de Janeiro, mas desligou-se no ano seguinte por motivos de saúde. Em 1936, foi trabalhar no Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais, sendo designado para servir na sucursal de São Paulo.

Em São Paulo, iniciou no magistério secundário, como professor de matemática, no Colégio Pan-Americano, estabelecimento de ensino mantido pela Escola Paulista de Medicina. Pouco tempo depois, Mário Palmério dedicou-se exclusivamente ao magistério, lecionando em outros estabelecimentos. O interesse por essa disciplina fez com que, em 1939, matriculasse na seção de Matemática da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. Nessa mesma época, começou a lecionar também no Colégio Universitário da Escola Politécnica, posteriormente à sua nomeação feita pelo Governo desse Estado.

²⁷As informações podem ser encontradas no sítio do Memorial Mário Palmério. Disponível em: <http://www.uniube.br/memorial>. Acessado em 16-07-2007

Em 1939, casou-se com Cecília Arantes. Com quem teve dois filhos: Marcelo Palmério, professor e seu sucessor na Reitoria da Universidade de Uberaba, e a artista plástica Marília Palmério Assumpção.

Na década de 40, Mário Palmério deixou São Paulo e retornou à Uberaba, atraído pelo progresso da região triangulina devido a criação do gado indiano, nelore e zebu. Em Uberaba, fundou o Liceu do Triângulo Mineiro, um colégio de turmas mistas em uma cidade ultra-conservadora. O colégio fez fama na cidade, porque no município, havia naquela época o colégio Diocesano — só para homens — e o colégio Nossa Senhora das Dores — só para mulheres.²⁸

Em 1945, em Uberaba, com a intenção de criar a primeira escola superior da região, Palmério construiu na Avenida Guilherme Ferreira um imponente conjunto de edifícios para as sedes do Colégio do Triângulo Mineiro e da Escola Técnica de Comércio do Triângulo Mineiro.

Em 1947, Mário Palmério deu o primeiro passo para a transformação de Uberaba em cidade universitária. Ele conseguiu do Governo Federal a autorização de funcionamento da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro. Em 1951, Palmério fundou a Faculdade de Direito. Mas a vontade de criar faculdades não parava, em 1954, foi um dos responsáveis pela implantação da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro (FMTM), e em 1956 fundou a Escola de Engenharia.

Mário Palmério além da educação tinha outra paixão: a política. Depois de fundar o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de Uberaba e semear dezenas de diretórios do partido Getulista na região, aos 34 anos elegeu-se Deputado Federal por Minas Gerais. Na Câmara dos Deputados assumiu a vice-presidência da Comissão de Educação e Cultura durante todo o seu primeiro mandato (1950-1954). Reeleito em 1954, passou a integrar a Comissão de Orçamento e a Mesa da Câmara.

²⁸ PALMÉRIO, Mário. *Chapadão do Bugre*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1966. p.XI – XVI.

Em 1954, a Câmara Federal dos Deputados discutia intensamente os problemas dos crimes eleitorais para estudar modificações na legislação. A fim de contribuir com o debate, Mário Palmério, escreveu vários relatórios expondo as artimanhas usadas em fraudes nas eleições de municípios do interior. Era o embrião do seu primeiro livro: *Vila dos Confins*. “*Vila dos Confins nasceu relatório, cresceu crônica e acabou romance...*”, confessa o próprio autor.

“- Eu quis relatar o que conhecia de ver e sentir no interior de Minas. Fiz um relatório, para ser mimeografado e distribuído pela Câmara Federal. Mas senti que a coisa estava dura, fria. Transformei o que vi em seis crônicas, que me foram solicitadas por Odilo Costa Filho para serem publicadas. - Logo senti que os personagens das crônicas se repetiam, o cabo eleitoral, o coronel, etc., donde concluí que poderia partir para um romance, um livro sobre as eleições no Brasil. Assim nasceu *Vila dos Confins*: um relatório, com jaguarana-pixuna e tudo”.²⁹

Em 1955, por indicação do presidente da Câmara dos Deputados, matriculou-se na Escola Superior de Guerra, onde concluiu o Curso Superior de Guerra. Em 1958, reelegeu-se, pela terceira vez, com a mais expressiva votação até então.

Durante o governo de João Goulart, atuou como Embaixador do Brasil no Paraguai, no período de outubro de 1962 a abril de 1964. Deixou o posto no golpe de 1964. Na condição de embaixador foi responsável pela reforma e reinstalação do edifício da embaixada, pelas obras da Ponte Internacional de Foz do Iguaçu e do Colégio Experimental (doado ao Paraguai pelo Governo Brasileiro), pela instalação em novo edifício do serviço de Expansão e Propaganda, Missão Cultural e Consulado e pelas negociações sobre a futura instalação da usina hidrelétrica binacional de Itaipu. Nesse período em que morou no Paraguai, Mário Palmério integrou-se intimamente na vida cultural paraguaia e, pianista "de ouvido", foi compositor de

²⁹ "Quando um caçador não conta mentiras". Diário Comércio & Indústria. São Paulo, 07/08/1971 apud FONTES, Joaquim Rubens. *Pelos caminhos e vilas do chapadão*. Leitura e análise dos romances de Mário Palmério. (Dissertação de Mestrado) Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ, 2000. p.122

várias guarânias (estilo musical típico do Paraguai) de sucesso. Entre elas, a inesquecível "Saudade".

SAUDADE

(Letra e música de Mário Palmério)

*Si insistes en saber lo que és saudade,
Tendrás que antes de todo conocer,
Sentir lo que és querer, lo que és ternura,
Tener por bien un puro amor, vivir!*

*Después comprenderás lo que és saudade
Después que hayas perdido aquel amor
Saudade és soledad, melancolia,
És lejanía, és recordar, sufrir!*³⁰

Ao regressar ao país em 1964, retoma suas atividades literárias, isolando - se na fazenda São José do Cangalha, no sertão sudoeste de Mato Grosso, de sua propriedade, escreve seu segundo romance, Chapadão do Bugre, inspirado em uma chacina política ocorrida no começo do século 20, na cidade mineira de Passos. A exuberante descrição lingüística e o relato dos costumes regionais presentes nessa obra, fizeram com que fosse bem recebida pela crítica.

Em abril de 1968, recebeu o título de imortal da Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira nº. 2, sucedendo João Guimarães Rosa. Nessa época esteve em Belo Horizonte hospedado no hotel Del Rey, quando deu uma entrevista para o jornal Diário da Tarde e fez um apelo às pessoas que tivessem conhecido Guimarães Rosa, Rosa, como ele o

³⁰ As informações biográficas podem ser encontradas no sítio do Memorial Mário Palmério. Disponível em: <http://www.uniube.br/memorial>. Acessado em 16-07-2007. Especial Memorial Mário Palmério. *Revelação*. Jornal –laboratório do curso de Comunicação Social da UNIUBE. Ano VII. nº 30026/10 a 01/11 de 2004.

chamava, para que viessem ao seu encontro no hotel para conversar. Ele tinha interesse de coletar informações para o seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras.³¹

Mário Palmério filia-se ao mesmo movimento literário de seu conterrâneo, João Guimarães Rosa, o regionalismo dos sertões de Minas Gerais. O regionalismo de Mário Palmério realiza-se por meio da transposição da linguagem oral, fruto da observação e registro do autor, entremeado pela escrita literária e algumas de suas inovações lingüísticas. Essas inovações além de municiarem um tom aprazível à leitura, se realizam por toda sua obra sem violentar a língua, por exemplo: adjuntorando, magicando.³²

Durante um ano, de fevereiro de 1969 a fevereiro de 1970, Mário Palmério navega pelo rio Amazonas, conhecendo a vida e os costumes dos ribeirinhos. Em 1970, candidata-se à prefeitura de Uberaba, não sendo eleito. Após a derrota, no ano seguinte, viaja pela Europa e África proferindo palestras sobre seus livros e sobre a Amazônia.

Em 1972, de volta à Uberaba, funda as Faculdades Integradas de Uberaba – FIUBE. Em 1973, cria os cursos de Educação Física, Psicologia, Pedagogia, Estudos Sociais e Comunicação Social. Em 1976, inaugura o complexo de edifícios que formaria o Campus II da FIUBE.

Em 1978, Mário Palmério volta à Amazônia, por onde permanece por nove anos. Constrói um barco chamado *Frey Gaspar de Carvajal*, onde reuniu uma biblioteca de milhares de livros sobre aquela região. Nesse tempo fez anotações, tirou centenas de fotos, recebeu políticos e cientistas, mas por problemas de saúde, em 1987 deixa de vez a Amazônia, e volta à Uberaba.

Em 1988, consegue a autorização do Ministério da Educação para transformar a FIUBE em Universidade de Uberaba. A partir daí, se torna o reitor da UNIUBE. Nesse mesmo ano, é contemplado com a medalha Santos Dumont, conferida pelo Ministério da Aeronáutica.

³¹ Palmério quer apenas conversar sobre Rosa. *Diário da Tarde*. 1º Caderno, p.02, 16 jul.1968

³² PALMÉRIO, Mário. *Chapadão do Bugre*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1966. p.17 e 85.

LAVIGNE, Eusíbio. *Regionalismo Literário*. Rio de Janeiro: Edição Gernasa, 1971. p. 47-49

ALMEIDA, José Maurício Gomes de. *A Tradição Regionalista no Romance Brasileiro (1857-1945)*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981. p.114.

Sua gestão na Universidade de Uberaba foi marcada pela criação de novos cursos e pela regionalização da Instituição, com a criação de dois novos campi: um na cidade de Frutal e outro em Monte Carmelo. Em abril de 1996, afasta-se definitivamente da Reitoria da Universidade de Uberaba, para cuidar da saúde e dedicar-se a literatura. Mário Palmério morre em 24 de setembro de 1996, na cidade de Uberaba.

Mário Palmério escolheu como estilo de sua produção literária o romance. O estilo “romance” dentro dos estudos literários tem sua história. Esse gênero da literatura, que é o dos mais conhecidos, teve na epopéia sua origem e é caracterizado pelo modo narrativo. Esse modo harmoniza um desenrolar de ações em paralelo, apresentando um enfraquecimento dessas através da combinação e ligação de elementos heterogêneos, sem apresentar um clímax. Podendo ter personagens inseridas no meio da narrativa e desaparecer antes do final.

O romance foi o gênero preferido da época do romantismo, por isso teve o nome associado a esse período. Na época do seu surgimento se propunha fazer a narrativa do mundo total, já na ficção da época moderna faz a narrativa do mundo particular, mas sem perder a universalidade. “O romance como “filho direto” da epopéia antiga desponta como a narrativa heróica de um povo ou de uma terra. A história particular de cada homem, de cada povo, soma-se na história geral de todos nós, num destino muitas vezes incompreensível.”³³

Falar do romance e do período do romantismo se diz necessário porque é o período que se iniciou a tendência do regionalismo. Isso ocorreu na literatura do século XIX, sendo de principal destaque na literatura brasileira a obra de José de Alencar *O Sertanejo e A escrava Isaura* de Bernardo Guimarães.

No final do século XIX, o naturalismo acende a tendência do regionalismo que se consolida na literatura brasileira. A literatura brasileira dessa época retrata o cotidiano rural do sul e do nordeste inclusive abraçando o modo de falar de cada região. Essa tendência apresentou uma relevância na produção literária dos pré-modernistas, como exemplo, a obra de Euclides da Cunha, o chamado livro-reportagem *Os Sertões*, sobre Canudos e a obra de

³³CONY, Carlos Heitor. *Conferência sobre romance contemporâneo*, feita em 08/10/2000 na Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <http://www.academia.org.br> . Acessado em 17-07-2007

Monteiro Lobato *Cidades Mortas*, sobre a realidade do interior de São Paulo. Mas, foi no movimento modernista que regionalismo ganhou uma “força” nova, desencadeada com a publicação de *Manifesto Regionalista*, do sociólogo Gilberto Freyre, que exalta a cultura regional e é contra a importação de manifestações artísticas européias. Essa tendência é “visualizada” e renovada com as obras dos autores: Jorge Amado, Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos, José Lins do Rego e Érico Veríssimo. Já na década de 50 destacam-se Mário Palmério, Bernardo Élis e Josué Montello.³⁴

Segundo Alfredo Bosi, um regionalismo menor, que retratava o típico e o exótico, usando uma linguagem mais peculiar foi encarnado por diversos autores de várias partes do país, podendo ser arrolados por regiões como: os romances amazonenses; os nordestinos; os do extremo-sul; os maranhenses; os da vida rural paulista; e os que retratam o contexto mineiro-goiano. Desse último contexto, podem-se destacar as obras de Mário Palmério: *Vila dos Confins* (1956) e *Chapadão do Bugre* (1965).³⁵

Mário Palmério dispõe um texto bem regionalista com um nível de elaboração convincente e cativante, onde consegue enfatizar os aspectos humanos universais que o tema provinciano lhe propicia. A natureza é descrita com precisão. As árvores, as folhagens, os rios, as serras, descrito com tanto detalhes que nos fazem ver e sentir o sertão mineiro. A descrição região triangulina, “pano de fundo” de sua obra é tão realística, mesmo para quem não a conhece, é induzido a tomar parte da trama.

Muitos críticos literários opinam sobre a obra de Mário Palmério, uns a classificam como não regionalista, como Wilson Martins, enquanto outros:

Uma coisa, de fato, é certa: lendo sua obra, com aquelas histórias que parecem "de mentiroso, de tão saborosas", não temos a impressão de estarmos diante de um mágico na linha rosiana; a atmosfera criada, pelo acúmulo de detalhes, apainela grandes quadros sertanejos, e a ficção não transborda do estrito regionalismo entendido na linha realista. Mário Palmério traz mais uma vez à tona, com sua obra, depois de tantos

³⁴ ALMEIDA, José Maurício Gomes de. *A Tradição Regionalista no Romance Brasileiro (1857-1945)*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981. p.150,159, 175-180, 185.

³⁵ BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2006. p. 426-428.

outros exemplares modernistas nesse sentido, a questão da sobrevivência de certos valores estéticos passados”.³⁶

Certifica-se dentro do panorama da história literária brasileira que a obra literária de Mário Palmério sendo do gênero regionalista, não abdica do nacional em detrimento do universal. Valores idéias, expressões culturais e costumes nacionais e locais migram e sempre terão o potencial de universalizar-se.

³⁶ FONTES, Joaquim Rubens. *Pelos caminhos e vilas do chapadão*. Leitura e análise dos romances de Mário Palmério. (Dissertação de Mestrado) Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ, 2000. p.76.

Capítulo III

Contexto histórico e narrativa ficcional: poder e coronelismo no Oeste de Minas Gerais e a obra de Mário Palmério

A concepção de Chapadão do Bugre por Mário Palmério se deu no momento que se instalou a ditadura militar, em 1964, no Brasil. Muitos brasileiros calaram-se para sobreviver ao caos que se instalou em seguida. Outros resistiram das mais variadas formas. Palmério, refugiou-se em sua fazenda e se dedicou à literatura, conseguindo demonstrar, por meio de seus escritos, que a realidade brasileira ainda carregava muitas permanências do período da República Velha.

4.1 Contexto histórico da República Velha

A transição do Império para a República no Brasil foi caracterizada por um longo período (cinco anos) de instabilidade política e econômica. Nesse período, o país enfrentou duas revoltas da marinha, conviveu com conflitos políticos acirrados que culminaram com a renúncia de um presidente, obteve uma nova constituição (Constituição de 1891), elegeu o primeiro governante federal por via direta em 1894, Prudente de Moraes, construiu símbolos como hino, bandeira, monumentos e heróis, mas não teve unanimidade quanto ao projeto político republicano a ser implantado.³⁷ A geração que iniciara a República Velha advinha do fim do Império e apesar de sua ideologia republicana, os integrantes dessa geração permaneceram elitistas e dependentes dos padrões hierárquicos de organização social e política da sociedade anterior. A economia do país estava ainda cambaleante em consequência do desastre financeiro de 1891, conhecido como o *encilhamento*.³⁸

Entre várias correntes que estavam em constantes conflitos políticos, nessa época no Brasil, a historiografia destaca três projetos: positivistas, jacobinos e liberais. Os positivistas articulavam suas idéias baseadas no pensamento do francês Auguste Comte, e afirmavam que

³⁷ CARONE, Edgard. A República Velha. São Paulo. Divisão Européia do Livro. 1970. p. 166-183

³⁸ LEWIN, Linda. *Política e Parentela na Paraíba*. Um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993. p. 204 e 226.

um governo devia ser forte, consciente e exercer um papel centralizador em relação às questões gerais da nação. Os jacobinos são adeptos a uma corrente com o ideal de participação popular, inspirados nas ações de alguns líderes da Revolução Francesa, como Robespierre e Danton. Os preceitos liberais eram defendidos pelos cafeicultores, inspirados na república norte-americana, lutavam pela manutenção da propriedade e da liberdade individual, ou seja uma política descentralizada.

O Brasil da República Velha era um país rural, no qual a agricultura era atividade econômica predominante. Pelos estudos calcula-se que 70% da população economicamente ativa estava empregada no campo.³⁹

Nas cidades de maior porte, encontrava-se uma população mais heterogênea composta por profissionais liberais, funcionários públicos, pequenos comerciantes, industriais e artesãos e pessoas marginalizadas. A urbanização apresentava contrastes significativos entre os bairros ricos e os bairros pobres. No caso de São Paulo, o processo de urbanização foi mais associado ao desenvolvimento industrial.

Um das principais características dos governos da República Velha foi a implantação de práticas políticas que não incluíam o bem-estar social. A administração pública do presidente Prudente de Moraes deu início no país o domínio dos civis e das oligarquias, principalmente a oligarquia cafeeira. Houve uma articulação do Partido Republicano Paulista (PRP) com o Partido Republicano Mineiro (PRM) que culminou em algumas iniciativas como a *política dos governadores* e a *política do café-com-leite*, ambas apoiadas no *coronelismo*.

A *política dos governadores*, constituída no governo do presidente Campos Salles (1898/1902), buscou descentralizar o poder atendendo os interesses oligárquicos locais e reforçou o Poder Executivo através de representantes dos estados mais fortes São Paulo e Minas Gerais. Desse modo, Campos Salles deu ampla autonomia aos estados, como ter sua própria força militar e contrair empréstimos no exterior sem intervenção do governo federal.

Para que tudo ocorresse a seu contento Campos Salles manipulava os resultados das eleições na tentativa de garantir que os congressistas fossem seus partidários, criando um mecanismo que impedia a posse de candidatos que não possuía as bênçãos de seu estado. Nessa época foi que o coronelismo, se consolidou, pois controlava as eleições no seu

³⁹ PILAGALLO, Oscar. *A História do Brasil no Século XX (1900-1920)*. São Paulo: Publifolha, 2002. p. 27-41.

município, de modo que saíssem vitoriosos somente os candidatos do grupo dominante do estado.⁴⁰

A *política do café-com-leite*, consistia na alternância de paulistas e mineiros na Presidência da República. Esse revezamento teve seu alicerce nas ações desenvolvidas no período da *política dos governadores*, desenvolvida por Campos Salles um mineiro entrosado com os interesses dos cafeicultores, diferente de seu antecessor, que apesar de paulista e cafeicultor, Rodrigues Alves, no seu governo não priorizou os interesses de seus companheiros, fazendeiros de São Paulo.

As oligarquias mandavam nos partidos estaduais (Partido Republicano Paulista, Partido Republicano Mineiro, Partido Republicano do Ceará e outros) , e como o governo e partido se confundiam, eram as oligarquias que detinham o controle governamental. Daí a disparidade entre povo e partidos, e povo e suas manifestações, pois para as oligarquias a existência de um partido oficial era a solução político-administrativa. "Politicamente, a oligarquia mantém-se devido a modificações legislativas e à benevolência da política federal, que vem desde a instituição da política dos governadores".⁴¹

“Na República, as tarefas de manutenção da ordem passaram todas para a burocracia, na medida em que os delegados se tornaram funcionários públicos e os Estados aumentaram rapidamente o efetivo de suas polícias militares que substituíram a Guarda na sua função original. A Igreja também foi separada do estado, tendo sido instituído o registro civil. O coronelismo surge nesse momento com o recuo do patrimonialismo e o avanço da burocracia”.⁴²

O coronel nessa época teve um papel importante na realização dessas articulações políticas. Coronel era um título concedido a grandes fazendeiros, durante o período do império, pela Guarda Nacional. Na República, designava os chefes políticos dos municípios, e

⁴⁰ PILAGALLO, Oscar. *A História do Brasil no Século XX (1900-1920)*. São Paulo: Publifolha, 2002.p. 23-25.

⁴¹ CARONE, Edgard. *A República Velha*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.p. 268 e 312.

⁴² CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual*. Scielo Brasil. Dados vol.40. nº2 Rio de Janeiro, 1997.

“também senhor dos meios capazes de sustentar o estilo de vida de sua posição”⁴³, que atuavam através de troca de favores.

“Homens ricos, ostentando vaidosamente os seus bens de fortuna, gastando os rendimentos em diversos lícitas e ilícitas – foram tais ‘coronéis’ os que deram ensejo ao significado especial que tão elevado posto militar assumiu, designando demopsicologicamente ‘o indivíduo que paga as despesas’. E assim, penetrou o vocábulo ‘coronelismo’ na evolução político-social do nosso país, particularmente na atividade partidária dos municípios brasileiros.”⁴⁴

Esses favores podiam ser mais variados possíveis como: proteção; construção de escolas ou hospitais; melhorias públicas, empréstimos. O reverso da moeda era todos que “deviam” ao coronel tinham que votar em seu candidato – denominado “voto de cabresto”. Essa forma de atuação política foi denominada de *coronelismo*.

Segundo Vitor Nunes Leal, o fenômeno do coronelismo apresenta certa complexidade, pois se altera de acordo com as peculiaridades locais e suas variações no tempo. Leal afirma, que o coronelismo é, “sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais.”⁴⁵

O coronelismo se une à oligarquia das unidades federadas, num recíproco jogo de interações ativas, mas o comando fica a cargo do governador do estado. Esse tinha o poder de cancelar, orientar e dominar as eleições municipais, por meio dos coronéis a ele leais, no aliciamento do voto, por parte dos chefes locais, como o emprego dos recursos persuasivos, da fraude e se necessário, da violência.

“Para a garantia do sistema, junto ao governador, atuava a milícia estadual, miolo da força policial, capaz de chamar à ordem os coronéis esquecidos da hierarquia.” [...] Sempre que um chefe se desprestigiava, prejudicando as eleições ou ‘desgostando’ o governador, perdia o lugar, para outro, em geral ávido de elevar-se, em impiedosa concorrência, muitas vezes estimulada pelas rivalidades familiares.

⁴³ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Vol. 2 /10ª ed. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000. p. 242. – (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

⁴⁴ *Ibidem*. p.242.

⁴⁵ LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975. p.19-20

Neste caso, outras categorias, que não as territoriais, podem ocupar a posição de coronel. Como o coronel advogado, o coronel comerciante, o coronel médico, o coronel padre. Em todos os casos, com densidade variável, a investidura coronelesca virá do governo estadual ou do grupo que o controla.”⁴⁶

O coronel, por meio do seu patrimônio, subordina a si diversos subcoronéis, tem capangas e possui vários assessores, que na maioria são os “profissionais liberais” do município: o médico, o advogado, o padre, o coletor. O coronel desenvolve, por meio da regra de compadrio, um laço de amizade que ameniza a subordinação de todos ao seu entorno, enquanto presta favores por meio de seus serviços de intermediação e o domínio da segurança coletiva. “Plenamente desenvolvida, a dominação pessoal transforma aquele que a sofre numa criatura domesticada: proteção e benevolência lhe são concedidas em troca de fidelidade e serviços reflexos.”⁴⁷

Para José Murilo de Carvalho, o coronelismo é um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. Uma vez que o poder do coronel é garantido pelo governo estadual sobre seus dependentes e seus rivais, ele “hipoteca” seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos, numa relação de mútua dependência. Os favores são pessoais e também de ordem econômica, pois os coronéis necessitam de recursos para o empreendimento de obras no município, que vão desde estradas à construção da rede de esgotos.

Esse sistema coronelista teve algumas características relevantes como o mandonismo, o filhotismo, o clientelismo, fraude nas eleições, desorganização dos serviços públicos locais e uma “ampla autonomia extralegal”. Essa autonomia consistia na carta-branca que as autoridades do governo muniavam aos atos do coronel, incluindo as violências e outras arbitrariedades.⁴⁸ Além disso, a liderança oligárquica estadual necessitava assegurar suas conexões com o poder federal, mantendo bom relacionamento com o presidente do país, no caso de algum dia vir a precisar de uma intervenção do executivo federal, para manter no poder a sua coalização dirigente (coalizão formada por múltiplas facções personalísticas), de

⁴⁶ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Vol. 2 /10ª ed. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000. p. 242. – (Grandes nomes do pensamento brasileiro). p. 252

⁴⁷ FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, 1969. p.91.

⁴⁸ LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975. p.51.

fácil reconhecimento na lista de indivíduos que possuíam cargo federal ou gozava de alguma colocação concedida pelo governo.⁴⁹

Segundo Linda Lewin, “atitudes públicas dramáticas, variando desde pequenas afrontas reais ou maquinadas até o ultraje público por uma tentativa de assassinato, continham importante significado simbólico prontamente compreensível para todos os políticos oligárquicos.”⁵⁰

Esse sistema político utilizado no início da República foi detalhadamente descrito por Mário Palmério na obra ficcional *Chapadão do Bugre*, atentando para seu funcionamento principalmente no sertão mineiro. Na parte denominada “Santana do Boqueirão”, composta pelos capítulos 17º a 26º e 36º a 40º, Mário Palmério narra o domínio político exercido pelos coronéis, especialmente da família Barbosa, encabeçado por Américo Barbosa conhecido Coronel Americão:

“Em Santana do Boqueirão mandavam os Barbosas – família de tronco muito antigo, descendentes do Major Eustórgio, desbravador do Sertão do Bugre e fundador da cidade. Gente numerosa de ricas posses, seu orgulho maior era, entretanto, o de não terem ainda perdido, em tempo algum, o domínio do lugar – tampouco a influência nas cidades vizinhas, [...]

Ao sertanista Major Eustórgio sucedera o Barão do Bugre, e a este o Coronel Tancredo, pai do Américo Barbosa – [...] – que, fiel à moda da família, já se preparava para legar a chefia da situação municipal ao filho, o Dr. Tancredo, formado de pouco em bacharel. [...]

“– o velho podia morrer, que não cedia a nada disso! [...] Tampouco em abrir mão dos seus capangas de estima, [...]... Gente de confiança, fiel, dispostos até à morte pelo Chefe... Os outros chefes de Santana do Boqueirão⁵¹, esses também não concordariam, nem por sombra, com aquelas exigências do Juiz de Direito: o que rendia dinheiro para custear as eleições eram aqueles homens que o Dr. Damasceno Soares resolvera perseguir! Ganhar política com quem? Com freiras do Orfanato? Com as filhas-de-

⁴⁹ LEWIN, Linda. *Política e Parentela na Paraíba*. Um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993. p. 218.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 208.

⁵¹ No Jornal Minas Gerais nº 228, Editais e Avisos, p.8 ,27 e 28 de setembro de 1909, encontrei uma referência ao distrito de Nossa Senhora da Conceição de Boqueirão.

maria do Cônego Tristão, com Frades do Colégio quem nem votar podiam? E com que pagar a contas – comida, transporte , qualificação, as viagens... – sustentar os cabos eleitorais e suas famílias... com discurso?”⁵²

Falando um pouco de recurso estilístico, o autor na tentativa de transpor ao leitor o poder tamanho desse coronel , exercido por meio de uma política costumeira , fez uso do grau do substantivo, acrescentando ao final do nome do coronel o sufixo “-ão”⁵³, como que reforçasse a idéia do tamanho do poder exercido pelo tal. “...seu orgulho maior era, entretanto, o de não terem ainda perdido, em tempo algum, o domínio do lugar [...] pai de Américo Barbosa – mais conhecido por Coronel Americão”.⁵⁴ Em outra parte do texto o Juiz de Direito se refere ao coronel da seguinte forma: “Se havia suportado o desaforo do coronelão casca-grossa [...]” . E também, se refere a outro chefe do município de uma forma bem parecida só que o uso do sufixo “-ão” foi ao adjetivo graúdo: “...e no outro graúdo de Santana, o seu Valério Garcia.”⁵⁵

O autor também destaca a importância da agropecuária na região. De acordo com Iglésias,⁵⁶ no período da república velha , a pecuária como atividade econômica foi mais desenvolvida na região do triângulo Mineiro, por meio de iniciativas particulares que buscaram alternativas de melhoria do rebanho com importação do gado indiano das raças Nelore, Guzerat e Gir. Nessa época, as feiras de Uberaba eram tradição no município. Além da formação dos grupos de jagunços do Coronel Americão Barbosa:

“Santana do Boqueirão é centro de grande movimento de gado passagem forçada das comitivas do sertão, praça de muito negócio e dinheiro... – lugar freqüentado por gente de toda laia; um ou outro forasteiro indesejável, corrido de outras bandas, acha às vezes de se arrancar por aqui... E senhor concorda que o destacamento da Delegacia, um cabo e três soldados apenas quase sem munição...– Se fosse um ou outro apenas,

⁵² PALMÉRIO, Mário. Chapadão do Bugre. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966. p. 138 e 145.

⁵³ CUNHA, Celso Ferreira da. *Gramática da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: FENAME, 1976. p. 107

⁵⁴ PALMÉRIO, Mário. Chapadão do Bugre. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966. p. 138

⁵⁵ idem, p.147

⁵⁶ IGLÉSIAS, Francisco. Política Econômica do Estado de Minas Gerais (1890-1930) in: *Seminário de Estudos Mineiros : A república velha em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982. p. 124 -125

como o senhor afirma, o fato era explicável, não chamava tanta a atenção – observou o Juiz. – Mas o diabo é que eles estão-se tornando dia a dia mais numerosos! Santana do Boqueirão transforma-se numa espécie de valhacouto de jagunçada...[...]⁵⁷

O Dr. Damasceno não parava mais:

– ... ainda hoje , de manhã cedo, quando fui à farmácia, topei com o tal de Hirondino, montado num burrão branco, lenço no pescoço, o cano do revólver aparecendo por debaixo do paletó, descendo a passo, sossegadão, plena Rua do Comércio! O Lico de Isoldina anda também por aí, e já de chalé-de-bicho montado...; não faz muito tempo, foi a Campo Raso matar o pobre de um médico, desavindo com os mandões de lá – e foi, e voltou, e continuou lampeiro da vida, como se nada de mais houvesse acontecido! o descarado do Chico Doido, esse outro facínora, é um que não perde coreto no Largo, e, cada noite, aparece de braço com rapariga diferente! E já matou tanta gente, e continua matando tanta, que nem ele mesmo deve saber mais a conta certa! E s outros? A lista que estou levantando...

[...] – Logo que vi a Captura passar pela Rua do Rego, rabisquei correndo o bilhete e mandei o Florentino pro Sassafrás. Depois, fui eu mesmo procurar o pessoal mais visado: Lico da Isoldina [...] Seu Hirondino [...] O Sudário, Tonho Côco, o Isé da Viola, o Paulistinha...ah, o Seu Sancho também... esses estão todos fora, de viagem.⁵⁸

Também se destaca a ação dos soldados do Estado. Esses, a mando do governador, agiam da mesma forma cruel e violenta dos coronéis, sob a indulgência de chamar à ordem os chefes políticos atitude costumeira do sistema político da República Velha. O juiz de Direito exaltava o poder do governador: “[...] – e depois – continuava o Dr. Damasceno – o Presidente do Estado, o Dr. Figueiredo de Mendonça, é homem devoto, religioso. Quer acabar com a jogatina, inclusive.⁵⁹

Os soldados enviados pelo governo começam a chegar em Santana do Boqueirão:

“[...] Do topo do espigãozinho fronteiro ao Porto do Sucuri já se podia enxergar a novidade: a balsa do Zé Elias se encostando, lotada de soldado e cavalaria.

⁵⁷ PALMÉRIO, Mário. Chapadão do Bugre. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966. p. 144.

⁵⁸ idem, p. 150. o juiz estava referindo aos jagunços do Coronel Americão. e 156, quando Clodulfo se refere a eles.

⁵⁹ ibidem, p.145.

[...] Agora, em casa, Seu Americão Barbosa tomava ciência do resto: os soldados na porta do Fórum, a tropa ainda arreada e amarrada ali no Largo das Mercês, o armamento à mostra no calçamento da Praça.”⁶⁰

O Coronel Americão Barbosa teve seu poderio ameaçado:

[...] Tantos anos de domínio em Santana do Boqueirão [...] E, agora a reviravolta: a ameaça do desprestígio, a perda do mando político da cidade – a derrocada.

Havia principiado a má sorte no momento em que se empossara no Governo do Estado o Dr. Figueiredo de Mendonça. O homem, nem esquentara lugar, já dava início à vingança contra os amigos do Dr. Ataulfo Machado – os que se tinham oposto, na Convenção do partido, à aprovação do nome do Dr. Figueiredo como candidato ao Governo. Vau d’Antas, Abadia do Cerro, Brejo Largo, São Pedro da Ponte, Cerradinho... – a zona do pobre do Dr. Ataulfo ia sendo destroçada pouco a pouco.[...] O Dr. Figueiredo de Mendonça, porém, punha empenho em mostrar o que sempre fora: manhoso mas embirrado, e intransigente e perverso quando serrando de cima – olhador para trás, vingativo.

[...] – Lhe falei, Coronel, lhe falei ... (Clodulfo) Agora, acham que traímos...que não fizemos empenho nenhum, que deixamos o Coronel Eusébio mais o Dr. Filogônio trabalharem livres e desimpedidos... Política, Coronel Americão, é como o senhor mesmo sempre diz: é voto na urna ... demonstração de força e prestígio...

[...] Os três ali, para uma conversa séria, tão importante, e o Juiz de Direito a engambelá-los, engazopá-los com palavreado difícil e a encheção de lingüiça sem mais fim! E a Captura em Santana do Boqueirão – dali da saleta se podia ouvir o patear dos cavalos no chão duro do pátio do Fórum, uma ou outra risada alta da soldadesca... E o Capitão Eucaristo, o demônio, a começar com o brinquedo de gato e rato...⁶¹

O poder do governo estava estampado na prepotência do Delegado Militar:

“[...] Se os chefes de Santana do Boqueirão concordassem, entregassem pelo menos os bandidos principais, facilitassem as prisões, colaborassem com o Capitão Eucaristo ...

⁶⁰ ibidem, p. 154.

⁶¹ ibidem, p. 157-158, 188.

aí, nessa hipótese, a ação do Governo poderia ser mais branda. Caso contrário, porém, o Dr. Damasceno Soares que tivesse paciência : deixasse o assunto por conta do Delegado militar, e só por conta dele. Que a comarca não se metesse mais, não interferisse”! ⁶²

No Coronelismo, o sistema da reciprocidade entre o coronel e o governo era mutuamente dependente. Em vários trechos do *Chapadão do Bugre* observa-se muito bem essa relação.

4.2 *Chapadão do Bugre*

O personagem principal do romance é José de Arimatéia, um órfão paupérrimo que foi acolhido e criado por dois lenhadores, um gago e outro surdo, que mal trocavam uma palavra entre si. Mas, mesmo naquele ambiente de silêncio, a convivência criou fortes laços entre José e seus protetores; não podendo lembrar-se sequer dos nomes de seus pais, a criança viu-se afeiçãoada àqueles que a acolheram.

De forma clássica, a morte⁶³ procederia à jornada do herói⁶⁴; embora o tempo narrativo não seja linear, esse é o primeiro incidente relevante na constituição do enredo. Morto Joaquinção, a *causa mortis* não foi referida, não havendo, contudo, indícios de que se tratasse de outra senão natural. O jovem viu-se desorientado e lançou-se na estrada. Sem rumo e à procura de pouso e alimento, chegou à fazenda de Seu Valico — Cural de Esteio —, que à época ainda se construía para a criação de gado, e ali ficou sob a proteção do senhor.

Valico, um homem bondoso, honesto e avesso à política, e sua esposa Siá Domingas, observando o interesse de José pelo trabalho de Seu Costodinho, um dentista aportado na

⁶² *ibidem*, p. 203.

⁶³ CHEVALIER, Jean e GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos*. 20ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006. p.621 “Enquanto símbolo, a morte é o aspecto perecível e destrutível da existência. [...] Mas é também a introdutora aos mundos desconhecidos dos Infernos e Paraísos; o que revela a sua ambivalência, como a da terra, e a aproxima, de certa forma, dos ritos de passagem. Ela é a revelação e a introdução. Nesse sentido, ela tem um valor psicológico: ela libera das forças negativas e regressivas, ela desmaterializa e libera as forças de ascensão do espírito.”

⁶⁴ VOGLER, Cristopher. *A Jornada do Escritor: estruturas míticas para contadores de histórias e roteiristas*. Rio de Janeiro: Ampersand, 1997. p.145

fazenda, fizeram um acordo com o prático para ensinar ao rapazinho seu ofício. Algum tempo depois, José de Arimatéia, já profissionalizado, tem permissão para sair da fazenda a fim de ocupar-se do mister de dentista-ambulante.

Em sua viagem, foi dar à fazenda do Capão do Cedro, em que o recebeu Seu Tonho Inácio, latifundiário de influência política na região, concedendo-lhe um espaço para atender e operar. José pensava que poderia estabelecer-se, pois ali, além da lavoura e do rebanho, havia uma igreja, uma escola, para as crianças, e um grande movimento de trabalhadores contratados para a lida, os quais seriam seus pacientes.

Depois de dois anos a extrair e obturar dentes, adquirira certo respeito e sua situação financeira melhorara. E, já podendo sustentar-se com seu ganho, em um dos dias em que costumavam vir à fazenda lotes de bestas, José de Arimatéia comprou do gerente do Capão do Cedro uma mula douradilha que fora enjeitada, a qual quis transformar em montaria de luxo. Para obter êxito, seguiu os conselhos do capataz, da Fazenda Curral de Esteio, que era experiente com montarias. Enquanto sua mula Camurça comia no cocho, José aproximava-se, agradava-a e eles “conversavam”, porque esse era meio eficiente de fazer o animal estimar a voz e a presença do dono.

A cliente a que deu maior importância foi Maria do Carmo. Inicialmente uma jovem desmazelada e imunda, aos poucos, seguindo as orientações do dentista, tornou-se aseada e bonita, encantando-o. Enamorado e incentivado pelo patrão, que disse que presentearia casal com o enxoval, José decidiu casar-se com a moça e começou a imaginar-se dono de um sítio próximo ao Capão do Cedro.

E parte para a fazenda Curral de Esteio para convidar Seu Valico e Siá Domingas para serem seus padrinhos de casamento. Durante a viagem, cai uma tromba d'água que o impede de prosseguir, forçando a voltar para Capão do Cedro. Ansioso para ver a noiva rumou direto para sua casa. A tragédia estava por acontecer, pois a encontrou nos braços do filho do Seu Tonho Inácio. Possesso e cheio de ódio pega um machado, por ali mesmo, e parte a cabeça do rival ao meio.

Não satisfeito saiu à procura da noiva para completar a vingança. Cortando tudo que achava pela frente, quando o dia começa a clarear, desiste, pois logo começaria a ser perseguido pelos capangas do patrão.

Enfrentando chuva, noite e dia, cansaço, indisposição da Camurça, por se alimentar de rapadura e milho, consegue com a ajuda de seu padrinho, Seu Valico, chegar em Santana do Boqueirão.

A saída para não cair nas mãos de Seu Tonho Inácio, foi incorporar ao grupo de jagunços de seu Americão Barbosa, homem de poder que ninguém no município de Santana de Boqueirão ousava contestar, passando a ser um dos seus. Através de seu patrão, ficou sabendo que os assassinos contratados pelo seu Tonho Inácio mataram seu Valico e Adamastor, companheiro e filho de Seu Eulálio, capataz da fazenda Curral de Esteio, e que esse fora torturado até denunciar-lhes o seu destino.

Trabalhou para Seu Americão Barbosa, por longos cinco anos, com fidelidade e obediência canina executando todos os serviços solicitados, mas sempre carregando o ódio da Maria do Carmo e de seu ex-patrão. E sempre planejando sua vingança.

Um dia, avisa Seu Americão Barbosa que vai executar seu plano de vingança. Seu Americão não queria que fosse, mas seu Clondulfo, seu braço direito, ponderou a favor do empregado e seu filho Tancredinho também. Sem saída, seu Americão fala de seu presságio de que alguma coisa de ruim ia acontecer.

Mesmo assim, José de Arimatéia viaja com Camurça a fim de executar seu plano. Ao chegar ao Campanário, onde morava Maria do Carmo e o ex-patrão, permaneceu por dois dias estudando a situação. Entrou na casa de Seu Tonho Inácio e o executou a queima roupa diante dos amigos e família.

Parte da cena do crime como um corisco, deixando mais uma vez a vingança de Maria do Carmo, pois não havia tempo naquele momento. Precisava alcançar o alto do chapadão e chegar à casa do preto Arcanjo da Barra Limpa, que vai acompanhá-lo até as terras de seu Americão. Mas, o que não sabia, era que Arcanjo no intuito de proteger sua mulher o entregara aos homens do Capitão Eucaristo Rosa. E com os soldados preparou a cilada para pegar o José de Arimatéia, na descida das Três Cruzes, onde infalivelmente parava para rezar. Assim sucedeu, no momento que José de Arimatéia apeou da Camurça, os soldados saíram das moitas, onde estavam escondidos espreitando, e atiraram. Morreram José de Arimatéia, a Camurça e Seu Arcanjo.

Na cidade, Capitão Eucaristo Rosa, do batalhão volante do governo, homem de fama na região e pouca conversa aguarda o sinal para agir contra os coronéis da cidade. Enquanto

isso, dá pequenas amostras de seu caráter e modo de agir. Prendeu seu Quincota. Amarrou-o em uma árvore da praça pública e o sentou sobre gelo.

O juiz Dr.Damasceno, antigo morador de Campanário, tinha apenas o interesse de acabar com os jagunços. Implicava com todos da cidade, principalmente os líderes políticos, proibindo bebida e prostituição. Sua intenção era a de eliminar José de Arimatéia e, com isso, trazer sua amante para perto de si, que nada mais era que a Maria do Carmo.

Os líderes municipais estavam em alvoroço com as mazelas do Sr. Juiz e as amostras de poder do Capitão Eucaristo Rosa. Esse no aguardo de um sinal do Secretário para agir.

Até que um dia esse sinal chega. Um telegrama chamando o senhor juiz à capital. Caminho desimpedido, o Capitão Eucaristo Rosa convoca todos os líderes políticos para uma reunião no fórum. Onde abate um a um a machadinha, na sala de audiência do juiz.

O antigo chefe de polícia Seu Valério Garcia, que havia se atrasado para a reunião, por conta de negociar sua safra de cachaça e rapadura com seu Genésio, consegue escapar e tudo presenciar quando chega ao Largo e tem a oportunidade de ver com os próprios olhos o que estava acontecendo. Logo, foi atingido por uma bala vinda do Fórum, disparada por um soldado do capitão Eucaristo. Mas, apenas o derrubou, pois a bala foi aparada pelo seu relógio-de-algibeira.

Depois de muitos anos passados dessa tragédia, Seu Valério ainda gostava de contar o ocorrido e mostrar seu relógio com a bala encravada.

4.3 Matança no Fórum

Em 1894, o município de Passos, situado a oeste de Minas Gerais era constituído por grandes fazendas, onde se engordava o gado proveniente dos estados de Goiás e Mato Grosso.

Nessa época, na cidade de Passos havia dois grupos políticos dominantes: os irmãos Manuel Lemos de Medeiros e Francisco Lemos de Medeiros , conhecidos como "lavouristas"; e os irmãos Francisco Gomes de Souza Lemos e Jayme Gomes de Souza Lemos, conhecidos como "governistas", eram defensores dos interesses comerciais, industriais e urbanos.

Após as eleições de 1904, na Câmara dos Vereadores de Passos, os representantes do grupo lavourismo conseguiram a maioria dos votos. Elegeram como presidente da Câmara dos Vereadores de Passos, o Coronel Manoel Lemos de Medeiros – o Neca Medeiros.

Neca Medeiros, na disputa pela herança da família e propriedades, entrou em atrito com Wenceslau Brás Pereira Gomes, quando esse prestava seus serviços de advogado à parte contrária, no Fórum de Monte Santo de Minas .

Wenceslau Brás Pereira Gomes, depois desse incidente com o coronel Neca Medeiros, candidatou-se a Presidência do Estado e se elegeu. O coronel Neca Medeiros, preocupado em manter um bom relacionamento com o Governo, tentou amenizar as arestas, criadas no passado, com o presidente. Portanto, na inauguração do Grupo Escolar de Passos prestou uma homenagem ao presidente colocando seu nome na instituição. Mesmo assim, não conseguiu restituir as relações políticas necessárias à gestão do município.⁶⁵

No ano de 1909, a cidade é submersa em agitações políticas, manifestações de violência, inquéritos e crimes diversos. Muitos deles não eram solucionados, apesar de seus autores serem de conhecimento público.

Na tentativa de conter essas manifestações de violência e agitações políticas a Secretaria de Segurança do Estado enviou um delegado militar, o Alferes Isidoro Correia Lima, para colocar ordem na cidade.

O delegado Isidoro, quando chegou à cidade, foi chacoteado no jornal. Fingiu não se abalar com os dizeres e aguardou a oportunidade de agir. A oportunidade surgiu quando o braço direito de Neca Medeiros, Juca Miranda se desentendeu com o cunhado Joãozinho Modesto e o matou. O delegado Isidoro aproveitou da situação. Reuniu todos os chefes para um inquérito sem levantar suspeita do plano :

“ convocar para depor , um a um , os 18 principais líderes do lavourismo que seriam levados ao salão do pavimento superior da cadeia , onde funcionava a Câmara . Durante o depoimento, o soldado Furquim, a paisana, previamente escondido no "quartinho do pinico" , os enforcaria por trás , evitando ruídos e sangue .”⁶⁶

⁶⁵ GRILO, Antonio Theodoro. Capangas e Jagunços. Disponível em: www.geocites.com/passos. Acessado em 20-09-07

⁶⁶ GRILO, Antonio Theodoro. *A história política de Manuel Lemos de Medeiros: O Coronel Neca Medeiros da cidade de Passos*. Edição de 1998. Comemorativa do Sesquicentenário da Câmara de Passos. Disponível em: www.geocites.com/Atheus/7452/neca_golpe. Acessado em 20-09-07

O delegado Alferes Isidoro inicia o inquérito com Juca Miranda. Enquanto o acusava, o soldado Furquim tentou enforcá-lo, mas Juca consegue desvencilhar-se da corda e sacou do revólver e o disparou contra o Alferes, atingindo-o no dedo da mão. O Alferes apanhou a machadinha e golpeou Juca, atingindo-o na altura da orelha e decepando parte do couro cabeludo. Uma luta foi travada entre os dois, até que Juca conseguiu escapar, seguido do soldado Furquim. Nesse momento o Alferes deu a ordem : “– Fogo no grupo!”⁶⁷

Os cidadãos da localidade que estavam reunidos em grupo, na porta da cadeia se debandaram ao ouvir os tiros dos soldados. De acordo com o depoimento de João Fernandes⁶⁸ o soldado Furquim atirou três vezes no Juca Miranda até que esse caiu morto, perto da casa de D.Lilia.

O outro que morreu foi o dentista, Seu Antenor. O Sr. Francisco de Paula Queiroz , em uma entrevista gravada por Antonio Teodoro Grilo lhes contou que o Alferes:

“ – enfiou o revólver na nuca dele, tacô um tiro, que expulsô os ói dele prá fora; ai a cabeça dele bateu quase nos meus pés, ele caiu de costa”.

Depois de matar o Seu Antenor no quartel, o delegado Isidoro saiu correndo até a porta da frente do quartel. Deparou com Sr. Jorge Davis, que vinha correndo para esconder-se no quartel. Atirou nele. Jorge Davis atingido, caiu na rua. O soldado Furquim se aproximou e disparou um tiro, acertando a ponta de sua orelha. Mas Jorge não morreu, porque a bala disparada pelo Alferes acertou o relógio de bolso.

O Coronel Neca Medeiros saiu do prédio da cadeia e caminhou rumo ao Alferes . Reclamou da morte do compadre Jorge . Ele achava que estivesse morto. O Alferes pegou no braço do Coronel Neca Medeiros e saiu andando com ele, falou-lhe que o ocorrido foi caso de bala extraviada. Enquanto isso, um soldado atirou por detrás acertando o coronel nas costas. O coronel meio tonto entrou no quartel e foi atingido por vários tiros.

A “Matança do Fórum”, como é conhecida até hoje na cidade de Passos , teve três pessoas mortas, sendo uma das vítimas, Juca Miranda, atingida por um golpe de machadinha.

⁶⁷ GRILO, Antonio Theodoro. *Síntese do Golpe de 1909*. Enviado por e-mail pelo autor, em 30 de outubro de 2007.

⁶⁸ FERNANDES, João. Depoimento que consta do processo crime apud GRILO, Antonio Theodoro. *Síntese do Golpe de 1909*. Enviado por e-mail pelo autor, em 30 de outubro de 2007.

Por isso, que algumas pessoas naturais de Passos se referem ao caso como o crime da Machadinha.⁶⁹

O julgamento, os pormenores do crime e a absolvição dos réus foram relatados no *Jornal Correio Paulistano* de 18/04/1910.⁷⁰

4.4 Massacre em Chapadão do Bugre

O Delegado Militar Eucaristo Rosa sabendo que o Juiz de Direito, Dr. Damasceno, sairia da cidade por ter recebido um telegrama do Governo, requisitou o Fórum ao Sr. Juiz para fazer uma reunião com os chefes políticos da cidade.

A notícia da reunião espalhou pela cidade, e começou a juntar mais gente na Praça, nas portas das casas-de-comércio, nas janelas. Na calçada, estavam postados cavalarianos do Destacamento de Capturas, armados e com cinturões carregados de munição.

Por volta das oito horas, os chefes políticos, Coronel Americão, Coronel Calixtrato, O Major Hipólito, Seu Josué Malaquias e o Coronel Ludgero Alves que foram convocados pelo Capitão Eucaristo Rosa, chegaram ao Fórum. Menos seu Valério Garcia, o Delegado Municipal. Ficou atrasado por conta dos negócios.

O Capitão Eucaristo Rosa chamou em primeiro o Coronel Americão para lhe falar em particular. O Coronel teve que se adentrar pela porta entre aberta, com alguma dificuldade, quando sem saber de nada, sofreu um golpe fatal de machadinha dado pelo Cabo Salvador. Logo em seguida foi o Coronel Calixtrato. Também abatido pela machadinha. Chegou a vez do Coronel Ludgero, ele ao caminhar rumo a sala, avistou o sangue escorrendo por debaixo da porta. Deu um arranco e saiu dali correndo e gritando, mas o Sargento Hermenegildo o alvejou certo.

Restaram no salão o Major Hipólito e o Josué Malaquias que vendo aquilo tentaram pular pela janela que fora aberta pelo Coronel Ludgero, quando espiou a Praça para ver se o Seu Valério já vinha. Eles foram fuzilados pelos soldados.

⁶⁹ GRILO, Antonio Theodoro. *Síntese do Golpe de 1909*. Enviado por e-mail pelo autor, em 30 de outubro de 2007.

⁷⁰ Passos – Tríplice Assassinato. *Jornal Correio Paulistano*, de 18/04/1910. Seção Mala dos Estados. Minas Gerais. p. 4. apud GRILO, Antonio Theodoro. *Síntese do Golpe de 1909*. Enviado por e-mail pelo autor, em 30 de outubro de 2007.

Seu Valério Garcia , da Praça viu tudo, e ao tentar fugir foi atingido por uma bala de fuzil. A bala amparada pelo seu relógio de bolso, só o derrubou.

O capitão Eucaristo Rosa e sua tropa retiraram da cidade depois do ocorrido.

4.5 Conexões entre a História e Literatura

O fato histórico que consta do processo crime, atualmente sob a custódia da Estação Cultura de Passos, refere-se à morte do Coronel Neca Medeiros e de mais dois passenses. Foi fonte de inspiração e de pesquisa para alguns que se puseram a escrever sobre o tema.

Mário Palmério, inspirado no crime de Passos, desenvolveu o romance Chapadão do Bugre de uma maneira que a narrativa além de incorporar o fato histórico em si, a morte do coronel Neca Medeiros, ela expande suas dimensões. Tanto que na obra a descrição do crime, feita no capítulo 40, apresenta o caráter de chacina – morreram muito mais do que os três que foram documentados no processo.

O jornalista Jorge de Faria escreve sobre Chapadão do Bugre, pouco tempo após essa obra ter sido lançado pelo mercado editorial. Fez uma análise contrapondo o fato ocorrido em Passos com alguns trechos da obra de Mário Palmério:

“Os acontecimentos tiveram, na época, enorme repercussão política e o então Presidente do Estado, Wescslau Braz⁷¹, foi injustamente acusado de ter permitido o extermínio de seus inimigos políticos de Passos. A identificação dos personagens não é difícil. O coronel Américo Barbosa, chefe político do município, seria o coronel José Medeiros, realmente morto a tiros por soldados da PM. O “capitão Eucaristo Rosa” seria o já falecido coronel Isidoro Correia Lia, na época alferes Isidoro. Clodulfo do nascimento, o guarda-livros do romance, encarregado da organização do Sindicato do crime, outro não seria que Juca Miranda, causador de toda a tragédia que arrasou o prestígio dos Medeiros em passos, então enorme município e de grande importância eleitoral” .⁷²

⁷¹ Na obra lê-se “... era Presidente do Estado, na ocasião, o Dr. Figueiredo de Mendonça...” p.194.

⁷² FARIA, Jorge. A Verdade Sangrenta no Chapadão de Mário Palmério. *Diário da Tarde*. 1º Caderno.p. 17. 22 de abril de 1968.

Antonio Teodoro Grilo na tentativa de eliminar as versões que foram criadas sobre o referido crime, escreveu um artigo intitulado *Síntese do Golpe de 1909*. Nesse artigo, procurou ressaltar o caráter político do acontecimento. Seu texto foi entremeado de depoimentos atuais e transcrições dos depoimentos das testemunhas e réus que constam do processo crime, como também , cita outras fontes documentais como as atas da Câmara e o panfleto: *Passos: os Assassinos Absolvidos*, publicado em 1º de junho de 1910. Ressalta Grilo que esse panfleto tem uma curiosidade, pois foi assinado por 129 pessoas que tinham algum relacionamento com os lavouristas. Ele não encontrou nenhuma assinatura de algum signatário dos governistas. O que vem reforçar a sua hipótese de que o crime está mais para dimensão política do que para as questões familiares.

Antonio Celestino, depoente no processo crime de 1909, escreveu *Os Contratadores da Morte* , entre 1913 e 1915. Foi escrito em três fascículos: Na Caverna dos Tigres, em 1916; O Turbilhão de Sangue, também em 1916; A herança maldita, em 1917. Na contracapa do terceiro, foi anunciado o quarto fascículo, O Beijo da Morte, que não chegou a ser impresso. Segundo o organizador da reedição feita pela Editora da Fundação de Ensino Superior de Passos, em 2000, Antonio Teodoro Grilo, esses casos, contados por Antonio Celestino, e muitas vezes foram exagerados, e retrataram a violência e a criminalidade ocorridas em Passos, nos primeiros anos do século XX. Fato que desagradou alguns dos familiares envolvidos, gerando um mal estar na população e acabou por ocasionar a destruição dos fascículos impressos e a mudança do autor da cidade.⁷³

A Universidade de Uberaba – a UNIUBE criou o portal *Memorial Mário Palmério*, onde diferentes textos foram escritos sobre sua vida e obra. Com relação à obra *Chapadão do Bugre*, encontramos a referência que Mário Palmério baseou esse romance no crime ocorrido em Passos.

Alvimar Costa no seu texto *Nas Fontes do Chapadão* fez um paralelo entre o texto de Antonio Celestino *Os contratadores da Morte* e o *Chapadão do Bugre* , de Mário Palmério, principalmente sobre a analogia de personagens, geo-história e tradições.⁷⁴

⁷³ CELESTINO, Antonio. *Os Contratadores da Morte*. Passos: EDIFESP, 2000.

⁷⁴ COSTA , Alvimar. *Nas Fontes do Chapadão*. apud CELESTINO, Antonio. *Os Contratadores da Morte*. Passos: EDIFESP, 2000. p. 174-177.

Nesses exemplos citados nota-se que o fato histórico gerou narrativas ficcionais das mais variadas formas e uma análise histórica baseada nesse tipo de narrativa – a literária, precisa ter o cuidado de contrapor o que se apura do texto com os fatos documentados. Como também, a própria narrativa histórica pode possuir uma ficcionalidade, pois se acerca de questões relativas à construção imaginária do mundo.

CONCLUSÃO

Mário Palmério, antes de começar a escrever pesquisava muito, levantava dados, os selecionavam, os agrupavam. Ajuntando daqui e dali. Estudava-os, analisando cada um deles minuciosamente. Só após estar seguro do assunto que pretendia escrever, é que dava a partida e deixava “fluir” sua obra.

Porém, a realidade de seu cotidiano permanece translúcida em sua obra. Mário Palmério em seus discursos na Câmara, quando exercia o cargo de deputado federal, se mostrava indignado com as ações brutais das forças policiais em Minas Gerais: – “Até quando, continuará a polícia do governo mineiro a espancar o povo?”⁷⁵ Da mesma forma que demonstrou em sua obra, ao descrever com detalhes a saída do Capitão Eucaristo Rosa e seus soldados de Santana do Boqueirão: “- Se afastem! Entrem em forma! Os parentes que tomem conta!” (p. 357).

Concluindo, podemos afirmar que a literatura pode ser utilizada “mais amplamente” como fonte de pesquisa para o historiador, porque mesmo que o escritor queira ser “fiel a sua própria subjetividade, não poderá deixar de ser homem ou mulher de seu tempo e de sua terra, o que legitima a análise do contexto de sua obra.”⁷⁶ E, não se deve esquecer que a literatura é um produto sócio-cultural da sociedade da qual se edifica.

A escrita da história pode ser realizada de diferentes formas e originadas da análise dos mais diversificados documentos, inclusive escritos literários. O conselho de Walter Benjamin, o realizar a análise a “contrapelo”, tentando ver o que não está explícito, é uma excelente indicação para um pesquisador atento e cauteloso. Através da análise do texto literário, o historiador “garimpa” indícios fundamentais para construir seu conhecimento.

Como Sidney Chalhoub fez. Procurou analisar a obra de Machado de Assis com a atenção centrada nas relações sociais e assim, produzir um texto histórico sobre a sociedade brasileira da segunda metade do século XIX. Ainda que, seu texto foi baseado na narrativa ficcional, não deixou de ser relevante quanto aos componentes de valor histórico para a composição do painel social brasileiro da época.

⁷⁵ JACOB, Faeza Rezende. Mais uma revolta contra a violência do estado. *Jornal Revelação*. UNIUBE. Ano VIII. nº 324. Uberaba/MG. p.8. outubro de 2005.

⁷⁶ ALMINO, João. De Machado a Clarice : a força da literatura. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). *Viagem Incompleta*. A experiência brasileira (1500-2000). A grande transação. São Paulo: SENAC.2000. p.51.

A obra de Mário Palmério, *Chapadão do Bugre*, dependendo da direção da intenção do pesquisador, permite várias alternativas de análise do ponto de vista histórico – não se limita ao coronelismo . Há em sua obra componentes diferenciados a serem pesquisados como o sertão mineiro, a alimentação , a lida com os animais , a linguagem regional, dentre outros.

O mandonismo local centrado na figura de um homem de posses ou investigado de algum cargo político, administrativo ou eclesisático de importância, muitas vezes associado a uma grande família, reflete a fragilidade dos poderes centrais estaduais e federais , nos remete a um passado histórico mais remoto, até mesmo o período Colonial.

Segundo Edgard Carone , o mandonismo permite a formação de lideranças dos mais aptos e poderosos , representando um “exorbitante poder privado” num regime em que suas vontades e obrigações se tornam leis. Afirma que essa tendência existe desde a Colônia, pois o presidente da Província e seu secretário , que eram designados pelo Imperador , geralmente eram pessoas estranhas à região. E na tentativa de amenizar a questão, eles se associavam a grupos oligárquicos locais. Aumentando assim o poder local. ⁷⁷

Como exemplo, cito um trecho do livro, *A geografia do crime* , de Carla Maria Junho Anastasia, apesar de retratar um processo histórico diferente da República Velha, esta carta do ouvidor da comarca do Rio das Velhas, datada de 1799, retratando as queixas sobre as condescendências dos juízes “sujeitos a prepotência dos homens mais abastados”, parece familiar com as questões do coronelismo, aqui apontadas. ⁷⁸.

Heranças e permanências se mantêm mesmos em processos históricos diferentes, foi o podemos vivenciar lendo a obra de Mário Palmério. Mesmo sendo escrita no ano de 1965, a realidade dos sertões brasileiros ainda trazia consigo as marcas da ruralidade, do papel do coronelismo na constituição das relações sociais e políticas na República Brasileira.

⁷⁷ CARONE, Edgard. *A República Velha*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.p.250-251

⁷⁸ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A geografia do crime. Violência nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005. p.73.

FONTES

- PALMÉRIO, Mário. *Chapadão do Bugre*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1966
- *Diário da Tarde*. 1º Caderno, p.02, 16 jul.1968
- *Diário da Tarde*. 1º Caderno.p. 17. 22 de abril de 1968.
- GRILO, Antonio Theodoro. *Síntese do Golpe de 1909*. Enviado por e-mail pelo autor, em 30 de outubro de 2007.
- Depoimento de Antonio Celestino, no processo sobre os fatos de 26 de setembro de 1909, datado de 6 de outubro de 1909.
- Jornal Correio Paulistano de 18/04/1910, microfilme código 04.02.017 do Arquivo do estado de São Paulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, José Maurício Gomes de. *A Tradição Regionalista no Romance Brasileiro (1857-1945)*. Janeiro: Achiamé, 1981.
- ALMINO, João. De Machado a Clarice : a força da literatura. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). *Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. A grande transação. São Paulo: SENAC. 2000.
- ANASTASIA, Carla Maria Junho. A geografia do crime. *Violência nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.
- ARAÚJO, Luciana. Porque o leitor se comove. In: *A marca da Maldade*. Revista Entre Livros, Ano3, n.28. São Paulo: Duetto Editorial, 2007.
- ATHAYDE, Austregésilo. "Discurso de boas-vindas ao acadêmico Mário Palmério". In: *Revista da Academia*, vol. 122, de 1971, na sessão de 12.08.1971- Rio de Janeiro, ABL, 1971.
- BAKHTIN, Mikhail. *Questões de Literatura e de Estética*. A teoria do romance. São Paulo, SP: ANNABLUME, 2002.
- BELO, André. *História & Livro de Leitura*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- BURKE-PALLARES, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da história*. Nove entrevistas. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa In: *A escrita da história: novas perspectivas*. Peter Burke (org.) tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- CANTÚ, Cesare. *História Universal*. São Paulo: Editora das Américas, 1946
- CARONE, Edgard. *A República Velha*. São Paulo. Divisão Européia do Livro. 1970.
- CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual*. Scielo Brasil. Dados vol.40. nº2 Rio de Janeiro, 1997
- CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CELESTINO, Antonio. *Os Contratadores da Morte*. Passos: EDIFESP. 2000.
- CHARTIER, Roger. *O mundo como representação* [1989], Estudos Avançados, 11(5), 1991.

- CHEVALIER, Jean e GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos*. 20ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.
- COMPAGNON, Antoine. *O demônio da Teoria. Literatura e Senso Comum*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.
- CONY, Carlos Heitor. *Conferência sobre romance contemporâneo*, feita em 08/10/2000 na Academia Brasileira de Letras. Disponível em: [http:// www.academia.org.br](http://www.academia.org.br) . Acessado em 17-07-2007
- COSTA , Alvimar. *Nas Fontes do Chapadão*. apud CELESTINO, Antonio. *Os Contratadores da Morte*. Passos: EDIFESP, 2000.
- COUTINHO, Afrânio. *Notas de teoria literária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- CUNHA, Celso Ferreira da. *Gramática da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: FENAME, 1976.
- DARNTON, Robert. *História da leitura*. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- DELL'ISOLA, Regina Lúcia Peret. *Leitura: inferências e contexto sociocultural*. Belo Horizonte: Formato, 2001.
- DIÁRIO COMÉRCIO & INDÚSTRIA. "*Quando um caçador não conta mentiras*". São Paulo, 07/08/1971
- Especial Memorial Mário Palmério. *Revelação*. Jornal – laboratório do curso de Comunicação Social da UNIUBE. Ano VII. nº 30026/10 a 01/11 de 2004
- FACINA, Adriana. *Literatura & Sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Vol. 2 /10ª ed. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000. p. 242. – (Grandes nomes do pensamento brasileiro).
- FONTES, Joaquim Rubens. *Pelos caminhos e vilas do chapadão*. *Leitura e análise dos romances de Mário Palmério*. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ, 2000.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, 1969.
- FREITAS. Marcos Vinícius de. *A literatura e os ofícios*. In: *Seminário de Ação educativa. Cultura e Educação: parceria que faz história*. Coordenação geral: Ângela Gutierrez. Belo Horizonte: Mazza Edições; Instituto Cultural Flávio Gutierrez/MAO, 2007.

- GRILO, Antonio Theodoro. Capangas e Jagunços. Disponível em: www.geocites.com/passos. Acessado em 20-09-07
- HOBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- IGLÉSIAS, Francisco. Política Econômica do Estado de Minas Gerais (1890-1930) in: *Seminário de Estudos Mineiros : A república velha em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.
- JACOB, Faeza Rezende. Mais uma revolta contra a violência do estado. *Jornal Revelação*. UNIUBE. Ano VIII. nº 324. Uberaba/MG. p.8. outubro de 2005.
- LAVIGNE, Eusíbio. *Regionalismo Literário*. Rio de Janeiro: Edição Gernasa, 1971.
- LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- LE GOFF, J. Documento monumento. In: *História e Memória*. Campinas: Unicamp. 1990.
- LEWIN, Linda. *Política e Parentela na Paraíba*. Um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- MALARD, Letícia. *Literatura e Dissidência Política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- Memorial Mário Palmério*. Disponível em: <http://www.uniube.br/memorial>. Acessado em 16-07-2007
- MOTA, Myriam Becho, BRAICK, Patrícia Ramos. *História das cavernas ao terceiro milênio*. São Paulo: Moderna, 2001
- NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda Consideração Intempestiva: Da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- PILAGALLO, Oscar. *A História do Brasil no Século XX (1900-1920)*. São Paulo: Publifolha, 2002.
- PORTELLA, Eduardo. *Literatura e Realidade Nacional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.
- SANCHEZ, Amauri M. Tonucci. *Panorama da Literatura no Brasil*. São Paulo: Abril Educação, 1982.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, Memória, Literatura. O testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Testemunhos da Barbárie. In: *Revista Entre Livros*, Ano3, n.28. São Paulo: Duetto Editorial, 2007.

SIDNEY, Chalhoub. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

VAINFAS, Ronaldo *Os protagonistas anônimos da história: micro-história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002

VERÍSSIMO, José. Crítica. *Nossos Clássicos*. V.21. Belo Horizonte: Editora Agir, 1958.

VOGLER, Christopher. *A Jornada do Escritor: estruturas míticas para contadores de histórias e roteiristas*. Rio de Janeiro: Ampersand, 1997.